

A primeira missão

Tenha o governador do Ceará feito as críticas que fez ao senador José Sarney com ou sem o conhecimento prévio do presidente da República, pouco importa. O governador faz parte do grupo ouvido pelo presidente e compunha a comitiva que visitava o Japão. Não foi preciso mais para que a repri-menda feita em Tóquio fosse recebida como ofensa em Brasília, e ofensa feita pelo presidente pela boca de interposta pessoa. Mais uma vez está armada a confusão entre o governo e o PMDB e, de novo, durante viagem presidencial a país distante. Tudo isso passará, dirão os otimistas impenitentes. A crise não resistirá ao fim de semana e à chegada do presidente, dirão aqueles que confiam nos efeitos balsâmicos do charme do professor Fernando Henrique Cardoso. Antes fosse.

A intemperança verbal do governador Tasso Jereissati não apenas colocou em risco a estabilidade da aliança que dá sustentação parlamentar ao governo como já provocou alteração no balanço de poder que regula a vida das Comissões permanentes da Câmara. Isso, entre as consequências duradouras do episódio. Entre as episódicas fica registrada mais uma derrota do Palácio do Planalto, representada pelo pedido do PMDB de retirar da pauta de votação o projeto da Lei de Patentes, cuja aprovação o presidente da República desejava comunicar quando ainda no Exterior. Em troca, o governo nada ganhou. Se era apenas para

dizer que a CPI sobre o sistema bancário atrairá desconfianças que poderão prejudicar o esforço de recuperação da economia, o governador do Ceará pregou para convertidos. Além disso, a maneira insultuosa como se referiu ao senador José Sarney estreitou as janelas de oportunidade que ainda existiam para impedir que a CPI se instale. Não se duvide que, agora, mesmo que o PFL e o PSDB não indiquem seus representantes, o presidente do Senado possa interpretar o regimento de forma que torne a instalação possível. Se é, portanto, para não obter ganhos visíveis à custa do PMDB, quais os motivos desta crise, aparentemente gratuita?

A explicação de que essa é a imagem espelhada das disputas que se seguirão ao pleito municipal já era plausível quando os partidos que compõem a coalizão governista estavam manobrando para firmar posições e se provocavam mutuamente. Reforça-se, agora, quando os blocos desejam demonstrar as respectivas irresponsabilidades: um, denunciando que a investigação do sistema financeiro pode abalar a confiança internacional no Brasil; o outro, sustentando que o silêncio representa conivência com irregularidades graves que estão custando bilhões ao País. De permeio, há



o fisiologismo e o corporativismo de sempre, pragas que não poupam nenhum dos campos.

Resta saber se esse tipo de fricção atende aos interesses do governo, e até que ponto. É preciso notar que, à medida que o governo manobra desastrosamente — esteja o presidente na China e resolva discorrer sobre a conveniência ou não de ministros participarem da campanha eleitoral, ou dedique-se ele a comentar as qualidades do Congresso brasileiro no México —, cria anticor-

pos não só no PMDB, mas também outros partidos. No caso presente, o desconforto atinge parte do PFL. Pelo sim, pelo não — as coisas podem até não estar relacionadas —, o PPB já se desloca para uma conduta de exame caso a caso dos projetos de interesse do governo a que dará apoio. O governo pode alienar tantos votos no Congresso?

Não, é a resposta óbvia. A guerra de fricção está se dando em nível que não mais corresponde às acomodações municipais. A aliança quebra na cúpula e de tal forma que permite supor muito reduzidas as possibilidades de soldadura depois do pleito local. As provocações gratuitas e os agravos desnecessários poderão ter um alto preço — mais alto que o do fisiologismo — quando se aproximar a hora

certa. O presidente Fernando Henrique Cardoso não pode perder de vista que foi eleito com a missão prioritária de produzir as reformas básicas capazes de estabilizar a moeda, promover a retomada do desenvolvimento e colocar o Brasil de frente para o desafio da competitividade internacional, bem como atender às necessidades sociais mais prementes do País. Não foi expressamente eleito para “fazer” o seu sucessor. Isso pode acontecer como bonificação por seu desempenho.

A principal missão do presidente é fazer as reformas, não aceitar disputas partidárias

Se assim é, cumpre ao presidente da República preservar a aliança que pode garantir os votos necessários no Congresso para as reformas em curso e as que virão. Note-se que essas têm e terão um potencial contencioso muito maior que as reformas da ordem econômica, de aceitação quase pacífica. Daí ser necessário que o presidente — resguardados os intocáveis princípios da honradez pessoal e da probidade administrativa — exerça à plenitude as suas qualidades de conciliador e contenha os ímpetos, próprios ou de seus conselheiros próximos, de romper o acordo que lhe tem garantido votos suficientes no Congresso Nacional. Esta é sua primeira missão.